

Redes sociais e capital político: uma proposta teórico-metodológica para análise das organizações partidárias brasileiras

*Maria Teresa Miceli Kerbauy**
*Raiane Patrícia Severino Assumpção***

Artigo

Resumo

As questões que motivaram o desenvolvimento deste trabalho foram decorrentes do debate permanente acerca do significado dos partidos políticos na atualidade. Partiu-se da hipótese de que a dinâmica organizacional do partido político poderia ser explicada por meio da análise das relações entre os seus filiados, substancialmente dos vínculos estabelecidos com os líderes partidários, com vistas a atenderem os objetivos políticos dos respectivos atores e, ao mesmo tempo, do partido. Assim, foi adotada uma abordagem e uma metodologia de análise que compreende a dinâmica organizacional a partir do capital político que circula no interior do partido, considerando os elementos orientadores das estratégias políticas: as relações entre os atores políticos, os aspectos institucionais e os resultados eleitorais. Para demonstrar o potencial teórico-metodológico da análise de redes sociais na compreensão do capital político, intra-organizacional, dos partidos políticos brasileiros, o texto apresenta resultados referentes a um estudo de caso: o Partido da Social Democracia Brasileira no estado de São Paulo (PSDB-SP), período entre 1988 e 2006.

Palavras-chave: redes sociais, partido político, capital político, estratégias político-eleitorais.

Introdução

O presente artigo parte da concepção de que a organização partidária é resultante dos múltiplos processos gerados pelas

* Doutora em Ciências Sociais e Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UNESP (Araraquara). Endereço eletrônico: kerbauy@travelnet.com.br.

** Doutora em Sociologia pela FCL/Car – UNESP e professora do Curso de Serviço Social da UNIFESP – Campus Baixada Santista (Santos). Endereço eletrônico: raianeps@uol.com.br.

diversas relações entre os atores políticos, que atuam orientados por determinadas normas institucionais, em diferentes localidades geográficas e momentos históricos.

Compreender a multidimensionalidade de processos sociais em que estão envolvidos e dos quais são constituídos os partidos políticos – as concepções político-ideológicas, as negociações de interesses, as informações simultâneas, as articulações e as relações de poder; que colidem e disputam entre si - requer uma análise que contemple a dimensão micro e macro das relações políticas.

Vários referenciais teóricos contribuíram com a abordagem organizacional nos estudos dos partidos políticos; como a teoria da escolha racional, a sociologia relacional e a vertente histórica do neo-institucionalismo (MARQUES, 2000). Entretanto, partir do pressuposto de que o partido político é resultante da interatividade das relações sociais e institucionais, torna imprescindível adotar, além das bases teóricas citadas, um procedimento metodológico que apresente possibilidades analíticas para compreender a reciprocidade das relações interpessoais dos atores políticos e as suas repercussões na organização e dinâmica partidária.

1. Análise de redes sociais: uma possibilidade de compreender a dinâmica organizacional do partido político

A análise de redes sociais é um recurso metodológico que permite identificar as relações, seus efeitos e as influências na composição da organização, ou seja, a constituição e a recriação da rede organizacional. A racionalidade da ação dos atores é compreendida em um processo mutável, conforme o contexto conjuntural e institucional.

Os estudos das instituições políticas, desenvolvidas por meio da rede de relações sociais, atribuem o funcionamento das organizações políticas à interação social dos indivíduos. Amplo número de estudos sobre o desempenho das instituições políticas democráticas, em especial sobre os movimentos sociais¹ e culturais², destaca

1 Rosenthal et al. (1985), McAdam (1986) e Gould (1991).

2 Emirbayer e Goodwin (1994), Mohr (1994), Mische (1997), Mische e Pattison (1999).

a importância dessa metodologia para analisar a interatividade dos indivíduos, das organizações e da sociedade.

As análises de redes sociais surgem como um plano intermediário de análise, gerando mudanças de perspectiva tanto na compreensão do plano macro (da sociedade) quanto do micro (plano dos indivíduos). No plano macro, a sociedade não é interpretada como um sistema autônomo, internamente organizado e auto-sustentável, mas sim são destacadas as múltiplas redes de interação social que compõem a sociedade e se sobrepõem de modo complexo. No plano micro, os indivíduos não são tomados como entidades pré-constituídas e bem definidas; ao contrário, destaca-se que a formação dos próprios indivíduos ocorre por meio de interações complexas – ou seja, a noção cara à sociologia de que o indivíduo só existe em relação social é levada ao extremo. Porém, é importante destacar que a análise de redes sociais não constitui uma teoria e nem tampouco um conjunto de técnicas estatísticas complexas, mas sim uma estratégia analítica. (MARQUES & BICHER, 2003, p.14)

Assim, adotar a análise de redes como recurso metodológico, possibilita identificar, a partir das ações e as relações entre os atores políticos, a dinâmica organizacional dos espaços em que eles atuam.

As redes consistem em laços sociais que ligam atores a pontos específicos de destino. Diferentemente das estruturas formais, as redes são orientadas pela lógica da interatividade e definidas pela multiplicidade quantitativa e qualitativa dos vínculos entre os seus diferentes membros. O que não significa que essa estrutura exclua a existência de relações de poder e de dependência, tanto internamente, como nas relações com unidades externas. Wasserman & Faust (1994) afirmam que são as relações de poder que dinamizam e garantem a construção permanente das redes sociais – caracterizadas por serem estruturas mutantes e heterogêneas, em constante processo de reconstituição.

Segundo Hanneman (1997) as redes revelam estruturas sociais (padrões de interação) que podem evoluir de forma não-linear e, portanto, produzir consequências imprevistas sobre determinado contexto. O importante é que essa ação emergente tem implicações nas dimensões macro e micro, e a compreensão desse processo nos aproxima muito mais da realidade cotidiana.

A análise do desenvolvimento organizacional, pautada nesse referencial, considera que a estrutura relacional pode ser compreendida por meio das relações estabelecidas entre os atores que constituíram a organização. Assume que os atores, dotados de recursos e capacidades propositivas, atuam por meio e em função da sociabilidade, da permeabilidade e da articulação suscitada no processo de desenvolvimento das relações. Ao identificar as posições e os papéis que os atores desempenham na estrutura social de uma rede é possível determinar os padrões de relações e, conseqüentemente, compreender os elementos motivadores das interações no âmbito organizacional.

Embora seu potencial metodológico ainda não tenha sido totalmente explorado, as redes têm sido amplamente utilizadas como procedimento metodológico nas ciências sociais, especialmente pela corrente francesa da sociologia das organizações (LAZEGA, 1994; LAZEGA & EBEAUX, 1995)³ e pela ciência política, nos estudos sobre o Estado⁴ e as elites políticas (GILL-MENDIETA *et alli*, 1997). Seja como metáfora, seja na abordagem das relações de poder interno (KRACKHARDT & BRASS, 1992; BRASS, 1992); ou ainda, para referenciar, complementar, ou reafirmar determinados argumentos ou dados empíricos⁵.

Assim, confirma-se que essa abordagem não é uma inovação teórico-metodológica. Mas mantêm-se, por meio de um novo pata-

3 Segundo Marques (2000), a utilização da análise de redes pela sociologia francesa pode ser atribuída à possibilidade metodológica de operacionalizar conceitos fundamentais em estudos empíricos, tais como capital social de Pierre Bourdieu (1986) e estrutura, composta pelos contatos e posições, defendida por Raymond Boundon.

4 Ver Taira e Wada (1987); Laumman & Knoke (1987); Laumman *et alli* (1992); Marques (1999 e 2000) e Marques e Bichir (2003).

5 Os antropólogos J. A. Barnes (1972) e E. Bott, autores clássicos e pioneiros dos estudos de redes sociais, mostram que este conceito pode ser empregado junto às diversas teorias, pois é um instrumento de análise e não de construção teórica. Ambos apontam para a necessidade de uma pesquisa etnográfica afim de que tal conceito assuma sua essência. Emirbayer e Goodwin (1994) também contribuí com este debate realizando uma revisão dos estudos sobre redes sociais, tendo como foco os pressupostos teóricos. O autor identificou um crescimento dessa área de estudos e reafirmou a ausência de bases teóricas e de críticas consistentes, sendo fortemente marcada pela empiria.

mar analítico, o que é específico da análise de redes, e preocupação antiga das ciências sociais: as relações sociais.

Para Wasserman & Faust (1994) e Hanneman (2000), a característica fundamental da análise de redes sociais é possibilitar a obtenção de dados que expressam relações diversas – os múltiplos e interativos vínculos estabelecidos em determinado contexto social.

Partindo desse pressuposto, alguns teóricos atuais (FERRAND, 1997; WHITE, 1992; TILLY, 1992; KNOKE, 1990; FORSÉ & LANGLOIS, 1997), que buscam constituir a sociologia “relacional”, indicam orientações metodológicas para o desenvolvimento das análises: partir de uma série de situações concretas para investigar a interação entre as estruturas sociais (constituídas pelos padrões de interações, trocas e as posições particulares dos vários atores) e as ações, as estratégias, os constrangimentos, as identidades e os valores dos atores envolvidos. Para essa linha de análise, existe um processo de influências mútuas: as redes moldam as ações e as estratégias, mas essas constroem e reconstroem continuamente a rede, de forma dinâmica e contínua. Da mesma forma, redes e identidades se constituem mutuamente.

Diante da constatação da coexistência de múltiplos elementos, evidencia-se que a análise de redes sociais permite a realização de investigações sobre os padrões de relação entre indivíduos e grupos, reconhecendo os microfundamentos da ação social, sem perder a visão da estrutura.

Segundo Degenne & Forsé (1999) a análise de redes sociais é um meio para identificar conexões (laços ou relações) e pontos (nós ou atores) dentro de um sistema determinado (uma rede pessoal ou organizacional). Portanto, representar padrões estruturais de relações, que podem ser mais ou menos constantes, ou totalmente imprevisíveis e não-lineares (relações emergentes).

(...) deparamo-nos, inevitavelmente, com o fato de que pessoas, bens materiais, informações e valores em “movimento” de um local ao outro, podem ser quase intuitivamente pensados como fluxos que se conectam internamente (nesse sistema) segundo algum padrão determinado. (DEGENNE & FORSÉ, 1999, p.9-10).

Considera-se, portanto, que existe uma influência mútua entre a estrutura geral, as posições dos atores na rede, as suas ações e as suas estratégias (constrangendo inclusive acordos e conflitos possíveis). Assim, as redes favorecem a identificação dos mecanismos que dão acesso diferenciado a recursos de poder (*status*, prestígio, recursos financeiros e informação) em uma dada organização.

2. O capital político como categoria de análise da dinâmica organizacional do partido político

Mesmo tratando-se de uma organização política com singularidade, como é o caso do partido político, a reciprocidade existente, que é propulsora da sua dinâmica organizacional, também é mediada por recursos, esses de natureza política. O recurso político, como qualquer outro, existe de forma escassa, portanto, o seu acesso ocorre por meio de disputas e concretiza-se de forma diferenciada.

O conceito de capital político, associado à análise de redes sociais, favorece o desenvolvimento de uma análise organizacional a respeito dos partidos que permita compreender a forma de produção e de acesso aos recursos políticos, pois este conceito indica o reconhecimento, entre os atores, das lideranças; assim o acesso, de alguns mais que outros, aos recursos que viabilizam a ação política. Tal relação pressupõe uma reciprocidade entre os atores envolvidos, seja pela identidade ideológica, pela afetividade, ou pela relação de troca ou confiança – favores, recursos materiais ou de outra natureza.

A definição desse conceito tem como fundamento teórico as discussões e os argumentos apresentados por Bourdieu (1986), especialmente o conceito de campo⁶. O *campo político*⁷, segundo o

6 Campo é um sistema de relações sociais, que estabelece como legítimos certos objetivos que se impõem “naturalmente” aos sujeitos que dele participam. Esses sujeitos interiorizam o campo ao incorporarem, por sua vez, suas regras, também de maneira “natural”, em suas ações. É o que o autor define como *habitus*. (BOURDIEU, 1986).

7 Pierre Bourdieu (2000, p.52) define campo político como “um universo obedecendo as suas próprias leis”. É uma forma de capital simbólico, ou seja, depende do reconhecimento dos sujeitos envolvidos, fundamentalmente da crença social difundida na sua validade (BOURDIEU, 1980, p.203-4). O campo político é o espaço de convivência mútua e de luta entre as forças, com vistas

autor, organiza-se por patamares, portanto, o acesso aos diferentes espaços gera uma competição permanente. É necessário ter capital e ampliá-lo, se as perspectivas forem as de atingir os patamares mais elevados. Essa dinâmica pressupõe, além do poder efetivo dos atores políticos, a sua visibilidade e aceitação no *campo político*.

Assim, os diferentes sujeitos disputam o acesso às posições dominantes no interior do campo, por meio da valorização de seus atributos em detrimento dos atributos de seus concorrentes. Os objetivos e as estratégias de atuação são estabelecidos mediante critérios próprios de avaliação da realidade.

Nesse sentido, a estrutura do *campo político*, composta pela permanente competição entre os envolvidos na busca pelo poder político (MIGUEL, 2003), decorre de um processo com autonomia relativa. Constitui-se por uma mútua interferência e resistência entre as forças relacionais e institucionais, ou seja, recebe interferências dos aspectos político-institucionais - do sistema eleitoral e da disputa eleitoral, especificamente da composição do sistema partidário. Miguel (2003) define essa relação como *simbiose tensionada*.

Segundo o autor, o *campo político* brasileiro é constituído por aspectos que influenciam fortemente as formas de acumulação do *capital político*. Entre as exigências impostas a quem almeja determinado cargo político de destaque está o tempo para a socialização. No âmbito partidário, uma trajetória política com passagem em patamares inferiores é, costumeiramente, pré-requisito à candidatura. No entanto, as características conjunturais, como uma disputa eleitoral acirrada pelos atributos pessoais dos competidores, torna a pressão extra-partidária um referencial para as estratégias político-partidárias. Em muitas situações torna-se necessário transferir *capital*

a transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento. Os efeitos das necessidades externas refletem por meio, sobretudo, das lideranças, em consequência da distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política dos diversos sujeitos políticos pertencentes à organização partidária. “O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação no mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos (...)” (BOURDIEU, 1986, p.164).

simbólico construído além da trajetória político-partidária, como exemplo, a rede de vínculos, compromissos e lealdades estabelecidas em outros espaços – dimensão pessoal, profissional, militância política, entre outras. Esses aspectos demonstram a complexidade do campo político brasileiro, em especial, da disputa eleitoral.

O desenvolvimento do partido político é um processo que se configura no funcionamento da organização, decorrente da reciprocidade estabelecida na (e pela) rede que a compõe - relações sociais e fluxo de recursos. É a articulação estabelecida internamente e a sua interação com os demais aspectos do contexto político-institucional que constituem a ação partidária e possibilitam a sua permanência organizacional, estabelecendo e implementando as estratégias político-eleitorais.

Embora a organização partidária estruture-se formalmente, no seu interior surgem, informalmente, as relações de poder entre os próprios membros que a constituem. Os interesses pessoais e coletivos se inter cruzam ao serem estabelecidas as relações de confiança entre os atores no interior da instituição.

Assim, as estratégias de ação do partido devem ser concebidas como consequência da interface entre o nível pessoal dos atores políticos e o nível organizacional em determinado contexto, que se expressa, concretamente, por meio das estratégias político-eleitorais; e os resultados da disputa eleitoral devem ser concebidos como decorrente da combinação entre as definições geradas pela estrutura relacional estabelecida pelos atores políticos no interior da organização, os mecanismos institucionais vigentes e a correlações de força político-eleitorais. Nesse sentido, a identificação da rede de reciprocidade estabelecida entre os atores políticos, do acesso e da mobilização do capital político da organização apresenta-se como uma via explicativa para o funcionamento organizacional partidária.

3. Redes sociais e capital político: análise da dinâmica organizacional partidária

Para confirmar a potencialidade teórico-metodológica da análise de redes para compreender o capital político da organização partidária, e a partir dessa categoria, a sua dinâmica organizacional, foi

realizado um estudo de caso: o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) no estado de São Paulo, no período entre 1988 e 2006.

A análise realizada identificou fatores que explicam a dinâmica interna do PSDB (SP). Foi possível contatar que o funcionamento do partido decorreu da influência conjugada e articulada do seu desenho institucional e da sua estrutura relacional na atuação política, com vistas ao desempenho eleitoral.

Os dados referentes aos vínculos entre os políticos, associados à ocupação dos cargos no órgão deliberativo e à base geográfica do desempenho eleitoral dos candidatos, nos diversos tempos da trajetória do partido, constituíram o material empírico para a explicação sobre a estrutura relacional interna da organização partidária, a sua organicidade e a sua capilaridade.

Entre as questões que orientaram o desenvolvimento da análise, destacam-se: a) quais foram os fatores determinantes na organização e no funcionamento do PSDB (SP)?; b) quais elementos motivaram a permanência ou o desligamento dos atores políticos dessa organização?; c) qual a relação entre as motivações individuais dos políticos, o funcionamento da organização partidária e os resultados eleitorais?

A pesquisa realizada valeu-se de várias fontes de informação. Os dados históricos e institucionais referentes à organização partidária estudada – o PSDB-SP – foram coletados em materiais midiáticos da época⁸, nos bancos de dados do ITV (Instituto Teotônio Vilela) e dos Diretórios Nacional e Estadual-SP⁹. Os dados eleitorais foram obtidos por um levantamento nos *sites* do TRE-SP (Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo), TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e Banco de dados eleitorais da Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados do Estado de São Paulo). Para a identificação dos vínculos entre os atores políticos e os seus atributos, especialmente o reconhecimento dos líderes, foi necessário recorrer às fontes

8 Arquivos dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, do Diretório Nacional e Estadual do PSDB.

9 As informações existentes nesses órgãos restringem-se a circulares de propaganda e a publicações sobre a origem e concepções defendidas pelo partido, bem como a trajetória das lideranças reconhecidas internamente no partido.

primárias, especificamente aos documentos internos do partido e às entrevistas. As informações obtidas por esses procedimentos de pesquisa possibilitaram a constituição de dois bancos de dados.

O primeiro com informações referentes aos membros das várias gestões da comissão executiva do diretório estadual do PSDB-SP e aos membros que compuseram a rede de relações interna do partido. Este banco é composto pelo mapeamento dos vínculos políticos entre esses atores e pela identificação dos principais líderes e de seus atributos. Isso foi feito por meio dos *sociogramas*¹⁰ e das medidas estatísticas da análise de rede¹¹.

A montagem e a análise da rede tiveram como base empírica os dados levantados nas entrevistas¹² e nos documentos do diretório estadual do partido (atas, cadastros, fichas de filiação e estatuto). As redes não representam a totalidade dos vínculos existentes no interior da organização, tampouco os vínculos estabelecidos por extra-organização partidária. Consistem, apenas, na representação da malha mais densa de relações entre os atores políticos pertencentes ao PSDB-SP. Essa consequência da abordagem adotada explica o fato de haver em alguns momentos atores isolados na rede (uma vez que isto não significa a ausência de vínculos relacionais no interior do partido, mas a perda do vínculo mais forte que esses atores possuíam)¹³.

O conjunto de atores entrevistados não foi definido a priori, mas com base nas redes de referências obtidas nas próprias entrevis-

10 Os sociogramas são representações gráficas nos quais cada ponto representa um ator e os traços representam as relações entre esses atores. O tamanho e os sentidos (direita ou esquerda) dos traços não têm função explicativa, pois são arbitrários.

11 Elabora-se um conjunto de matrizes relacionais – denominadas matrizes de conectividade –, para que sejam tiradas medidas, por meio do software de análise de redes “Ucinet”, e apresentem visualmente as relações estabelecidas, através do software “Netdraw”. Esses procedimentos fornecem dados, que associados às hipóteses e ao referencial teórico da análise, permitem analisar as características das posições dos atores e a estrutura da rede.

12 Foram realizadas vinte (20) entrevistas. Nas entrevistas, foi citado um total de cento e nove (109) atores.

13 Esses atores foram mantidos na rede em razão de esta pesquisa analisar a associação entre os dados da estrutura relacional interna do partido, da composição do órgão deliberativo e dos resultados eleitorais.

tas¹⁴. Inicialmente, foram entrevistados os funcionários do diretório estadual e os membros que compuseram a comissão executiva do diretório estadual em algumas das gestões (entre 1988 e 2006) e que no período da coleta de dados exerciam mandato eletivo de abrangência estadual, ou seus assessores¹⁵.

As entrevistas foram abertas e conduzidas pelas seguintes questões: a) perfil do entrevistado; b) processo de engajamento no partido; c) vínculos políticos internos e externos à organização; d) base e estratégia eleitoral; e) o reconhecimento e indicação de líderes no partido. Durante as entrevistas, foi solicitada a indicação de nomes de líderes na trajetória do partido no âmbito estadual e dois nomes de pessoas relacionadas a esse ator. A partir desse momento, as entrevistas priorizaram: a) identificação dos atributos do ator indicado (cargo ocupado e local de origem ou atuação); b) o momento de filiação desse ator no partido e do estabelecimento desse vínculo.

Os atores foram inseridos e/ou retirados da rede de acordo com as informações obtidas nas entrevistas nos diferentes tempos analisados. O critério utilizado para inserir um ator na rede foi a frequência da citação do seu nome e o reconhecimento de seus vínculos por vários entrevistados. Quanto à retirada dos atores da rede, ocorreu por motivo de falecimento ou por estes terem deixado de ser filiados ao partido.

Com a realização de 20 entrevistas, foi possível constatar que haviam sido mapeadas as relações centrais do interior da organização partidária, pois os nomes dos atores e os vínculos passaram

14 Por meio da técnica denominada snowball, construiu-se, empiricamente, o universo da pesquisa. Essa técnica é bastante utilizada em análises de redes sociais (Scott, 1992).

15 Mara e Eliane Berg (funcionárias do diretório estadual); Evandro Losacco (secretário estadual do PSDB na 8ª gestão); Raul Christiano (membro da executiva do diretório estadual do PSDB na 8ª gestão); Sílvio Torres (deputado federal e presidente do ITV na 4ª gestão); Ricardo Tripoli (deputado estadual) e seu assessor Luís Carvalho; Roberto Engler (deputado estadual); Marcos Campagnole (membro da executiva do ITV na 4ª gestão); Havanir Nimitz (deputada estadual); Pedro Tobias (deputado estadual); Rodolfo Costa e Silva (deputado estadual) e seu assessor, Sérgio Fernandes; José Carlos Stangarlini (deputado estadual) e seu assessor, João Paulo Rizek; Vaz de Lima (deputado estadual) e seu assessor, Marcos Arruda; Célia Leão (deputada estadual) e sua assessora Vera Debs; Celino Cardoso (deputado estadual) e seu assessor, Benedito Viviani.

a se repetir (foram citados 109 nomes e 233 relações, ou seja, um mesmo ator foi identificado com mais de um vínculo relacional).

Para atender aos objetivos da pesquisa (investigar a dinâmica organizacional do partido), optou-se – entre as diversas estratégias analíticas oferecidas pela análise de redes sociais – pela utilização das medidas que identificam o grau de coesão e de centralidade da estrutura relacional da organização analisada¹⁶. Essas medidas e suas interpretações indicam as possibilidades de ação dos atores no interior da rede de relações, ou seja, apresenta como são definidos os padrões de vínculos estabelecidos pelos atores que estruturaram uma rede, entre as inúmeras possibilidades de interação e constrangimento de certas alternativas.

O primeiro procedimento adotado no desenvolvimento da análise foi à identificação dos aspectos gerais da rede estudada. As medidas de coesão foram utilizadas para caracterizar a organicidade da rede, ou seja, indicar, nos diferentes Tempos que compuseram a trajetória do partido, os elementos que viabilizaram a ligação entre os diversos membros que constituíram internamente o PSDB-SP.

Os dados obtidos, por meio de tais medidas, revelaram, entre os vários aspectos da estrutura relacional constituída no interior do partido, o tamanho da rede de relações¹⁷, a sua densidade¹⁸, as distâncias existentes entre cada um dos atores¹⁹ e o número de atores que poderiam ser alcançados no interior dessa rede²⁰. Indicaram ainda que tais características têm implicações mútuas na hierarquia posicional, portanto, com relação ao tipo de atuação que cada um dos atores desenvolve no interior da organização.

16 Os padrões estruturais de inserção dos atores na rede foram construídos após a análise integrada de todas as medidas geradas. Os valores das medidas serviram como parâmetro para análise da rede interna da organização.

17 O tamanho da rede corresponde ao número total de atores e as interações possíveis (medida do Ucinet: degree).

18 A densidade corresponde à proporção de vínculos realmente existentes entre o total de vínculos possíveis (medida do Ucinet: density).

19 As distâncias são importantes para caracterizar a rede como um todo, pois indicam o “tempo” necessário para a difusão de informações na rede. A menor distância possível entre dois atores é denominada distância geodésica (medida do Ucinet: geodesic distance).

20 Medida do Ucinet: reachability.

Posteriormente, mapeou-se o perfil da estrutura dessa rede²¹, especialmente a identificação das posições e os papéis dos atores estruturalmente. A posição relativa de cada um dos atores na rede foi identificada e analisada com base em algumas medidas de centralidade.

Entre as medidas existentes na análise de redes, foram utilizadas aquelas que indicaram os atores considerados referência para o conjunto dos membros da rede²². Outros aspectos abordados foram: intermediação²³, isto é, identificaram-se os atores que conectaram diversos atores e controlaram os fluxos entre eles; pontos com “vantagem estrutural”²⁴, ou seja, aqueles que estiveram relativamente próximos de vários outros atores; e, ainda, aqueles pontos que geraram a dependência de outros atores, estabelecendo relações de assimetria de poder.²⁵ Por último, foram observados os atores com destaque no acesso à informação no interior da rede²⁶.

Os resultados dessas medidas, que indicam os atores mais centrais e outros mais periféricos da rede, possibilitaram definir a estratificação dos membros da rede (atores centrais, de articulação e intermediários). Foram considerados atores centrais aqueles que

21 O período estudado (1988-2006) foi dividido em quatro tempos, definidos a partir dos dados referentes às características da rede, aos fatos político-institucionais e aos resultados eleitorais obtidos pelo partido.

22 Medida do Ucinet: degree. (indegree). O degree demonstra o número de vínculos de cada ator. O indegree indica prestígio ou referência.

23 Medida do Ucinet: betweenness. É um indicador de quanto um nó particular está entre os vários outros nós na rede. Em relação à proximidade, um ator é tão mais central quanto menor o caminho que ele precisa percorrer para alcançar os outros elos da rede. Isso mede, em última análise, a sua independência em relação ao controle de outros.

24 Medida do Ucinet: closeness. Demonstra uma posição favorável, a capacidade de ação e de coordenação do ator. (Hanneman, 2001, p. 65). A centralidade de intermediação (betweenness centrality) é o potencial daqueles que servem de intermediários. Calcula o quanto um ator atua como “ponte”, facilitando o fluxo de informação em uma determinada rede.

25 Medida do Ucinet: power. É um indicador de quanto um nó particular tem de poder em relação aos vários outros da rede.

26 Medida do Ucinet: information. Indica uma posição favorável por ter acesso às informações. Um indivíduo é central em relação à informação, quando, por seu posicionamento, recebe informações vindas da maior parte do ambiente da rede, o que o torna, entre outras coisas, uma fonte estratégica.

obtiveram destaque no resultado de mais de três medidas, especialmente naquelas que indicam os atores considerados referência e com vantagem estrutural na rede; como atores articuladores foram classificados aqueles que obtiveram resultados acima da maioria dos membros da rede nas mesmas medidas dos atores centrais ou nas medidas que expressam a capacidade de intermediação e o acesso às informações. Os atores que não se destacaram nos resultados das medidas de centralidade foram classificados como intermediários, pois são membros da rede interna do partido; portanto, têm contato com os principais líderes e, ao mesmo tempo, com a base do partido.

De modo geral, essas estratégias metodológicas possibilitaram caracterizar a estrutura da rede e identificar um padrão na posição dos atores no seu interior, ou seja, contribuíram para o mapeamento dos atores centrais, articuladores e intermediários.

Para identificar o perfil dos membros dessa rede, foram definidas algumas variáveis, tais como: a ocupação de cargos políticos, o local de origem ou de atuação e o período de filiação. Os dados obtidos permitiram reconhecer a importância de cada atributo no padrão relacional da organização partidária e nos diversos tempos da sua trajetória.

Como citado anteriormente, o período analisado nessa pesquisa (1988-2006) foi dividido em quatro tempos²⁷, delimitados a partir das mudanças significativas na trajetória do partido²⁸:

- Tempo 0 – T0 (1988-1989): momento da fundação do partido;
- Tempo 1 – T1 (1990-1993): fase de organização, desenvolvimento e participação nas disputas eleitorais;
- Tempo 2 – T2 (1994-1998): fase em que membros do partido exerceram mandatos eletivos no Poder Executivo e Legislativo, conjuntamente nas instâncias federal, estadual e municipal;

27 A divisão do período analisado em “tempos” não expressa uma significativa mudança na estrutura da rede interna do partido, apenas na composição dos membros.

28 Os resultados referentes à estrutura relacional de cada um dos tempos que constituíram a trajetória do PSDB-SP foram apresentados pelos sociogramas. Ver exemplo no Anexo I.

- Tempo 3 – T3 (1999-2002): fase em que um número expressivo dos membros do partido foi reeleito para exercer os mandatos eletivos no Poder Executivo e Legislativo, nas instâncias federal, estadual e municipal;
- Tempo 4 – T4 (2003-06): fase em que o partido manteve o número de candidatos eleitos, tanto no Poder Legislativo como no Executivo, somente nas instâncias estadual e municipal.

O segundo banco de dados constituído pelo estudo realizado é composto pelos resultados eleitorais e pelo mapeamento geográfico do desempenho dos candidatos do PSDB-SP em todos os pleitos e cargos eletivos no período de 1988 a 2006 – vereador, prefeito, deputado estadual, governador, deputado federal, senador e presidente. O mapeamento da votação do PSDB-SP²⁹ teve o objetivo de confirmar a hipótese estabelecida para o desenvolvimento da pesquisa: o PSDB-SP utilizou a via eleitoral como estratégia para viabilizar a sua organização e o seu funcionamento. Assim, a pesquisa realizada definiu como base de análise os municípios³⁰ e como variáveis a quantidade populacional e a localização geográfica, tendo como referência o local de origem ou a atuação dos membros da rede interna do partido.

Para identificar as diferenças nas votações dos candidatos que disputaram as eleições sob a legenda do PSDB no estado de São Paulo, no período de 1988 a 2006, criou-se um critério: foram considerados como base para a análise os municípios nos quais o candidato do partido obteve nas eleições para os cargos a presidente e governador pelo menos 25% dos votos no primeiro turno e 50% dos votos no segundo turno. No caso das eleições para os cargos de deputado estadual e federal, bem como de senador, observou-se primeiramente se existiam candidatos do PSDB entre os cinco mais votados nos municípios com menos de 200.000 habitantes

29 Não foi considerada a influência das coligações nos resultados obtidos, devido à definição do foco da análise: a organização partidária PSDB-SP.

30 O território estadual divide-se em 645 municípios, conforme as Constituições Federal e Estadual, computados os criados até o final de 1999. A Lei Complementar nº 651, de 31/07/90, estabelece condições para a criação de novos municípios.

e entre os 10 mais votados para os municípios acima de 200.000 habitantes. Para os cargos a prefeito, identificou-se apenas se houve o lançamento de candidaturas pelo partido e se o candidato foi eleito. Quanto ao cargo a vereador, a análise seguiu o critério populacional e, conseqüentemente, o número de cadeiras existentes em cada município. Como parâmetro para a análise, estabeleceu-se que nos municípios com menos de 10.000 habitantes o número de vereadores eleitos pelo partido seria 3; entre 10.000 e 20.000 habitantes, 4; entre 20.000 e 40.000 habitantes, 5; entre 40.000 e 80.000 habitantes, 6; entre 80.000 e 120.000 habitantes, 7; entre 120.000 e 200.000 habitantes, 8; entre 200.000 e 1.000.000 habitantes, 9; entre 1.000.000 e 1.700.000 habitantes, 10; entre 1.700.000 e 4.000.000 habitantes, 12; e acima de 4.000.000 habitantes, 15.

Para indicar a inter-relação entre os resultados eleitorais para os diversos cargos, nas diversas eleições, adotou-se outro nível de análise: a microrregião. Seguiu-se a regionalização estabelecida pelo IBGE³¹ para o estado de São Paulo. Por meio desses procedimentos metodológicos, viabilizou-se a identificação da base eleitoral do partido e foi possível mapear a relação do resultado eleitoral dos candidatos do PSDB com seu respectivo capital político.

31 De acordo com a divisão adotada pela Fundação IBGE, vigente a partir de 1995, o estado de São Paulo divide-se em 63 microrregiões geográficas: Adamantina, Amparo, Andradina, Araçatuba, Araraquara, Assis, Auriflama, Avaré, Bananal, Barretos, Batatais, Bauru, Birigüi, Botucatu, Bragança Paulista, Campinas, Capão Bonito, Campos do Jordão, Caraguatatuba, Catanduva, Dracena, Fernandópolis, Franca, Franco da Rocha, Guaratinguetá, Guarulhos, Itanhaém, Itapeverica da Serra, Itapetininga, Itapeva, Ituverava, Jaboticabal, Jales, Jaú, Jundiá, Limeira, Lins, Marília, Mogi das Cruzes, Mogi-Mirim, Nhandeara, Novo Horizonte, Osasco, Ourinhos, Paraibuna/Paraitinga, Piedade, Piracicaba, Pirassununga, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santos, São Carlos, São João da Boa Vista, São Joaquim da Barra, São José dos Campos, São José do Rio Preto, São Paulo, Sorocaba, Tatuí, Tupã e Votuporanga. A finalidade dessa instância territorial é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual (Lei Complementar Estadual nº 760, de 1 de agosto de 1994 – Estabelece diretrizes para a organização Regional do Estado de São. Artigo 5º – Considerar-se-á microrregião o agrupamento de municípios limítrofes a exigir planejamento integrado para seu desenvolvimento e integração regional, que apresente, cumulativamente, características de integração funcional de natureza físico-territorial, econômico-social e administrativa).

A pesquisa realizada buscou identificar a capacidade do capital político de determinado ator político, membro da rede interna da organização partidária, influenciar na definição dos resultados eleitorais. Utilizou-se como referência da influência do capital político de um ator ou grupo político do partido em determinada microrregião ou município o corte histórico: o fato de ter havido, em eleições simultâneas, um desempenho eleitoral satisfatório (os candidatos do PSDB serem eleitos ao cargo de prefeito e vereador, e na eleição seguinte os candidatos do PSDB aos cargos de deputado estadual, federal, senador, governador e presidente serem os mais votados e vice-versa).

A análise dos dados correspondentes aos atributos e aos vínculos relacionais dos atores, à composição do órgão deliberativo do partido e ao mapeamento geográfico dos resultados eleitorais, revelou fatores que explicam a organicidade do partido estudado.

A análise realizada constatou que o funcionamento interno da organização decorreu da reciprocidade e da tensão permanente entre os atores reconhecidos por seu *capital político*³² e motivados pela possibilidade de ampliá-lo ao fazerem parte da organização. Nesse sentido, compreendeu-se que a dinâmica do partido político – de natureza interpessoal e institucional³³ – é impulsionada pelas estratégias estabelecidas pelos atores políticos que compõem a organização, em especial por aqueles que ocupam posições estratégicas no acesso aos recursos políticos do partido.

32 Esse conceito possui como fundamento a formulação de Foucault (1988) de que o poder é dotado de processualidade interna e se constrói historicamente. Para o autor, o poder é exercido entre relações de pessoas, grupos e instituições de forma não excludente; poder é ação, e ação pressupõe relação. O poder perpassa os sujeitos até as instituições e das instituições aos sujeitos, numa relação dialética. O poder confere significado às instituições, porém, estas só o exercem através dos sujeitos que são seus portadores.

33 Consideraram-se como aspectos institucionais os mecanismos de escolha e ocupação dos cargos da comissão do diretório estadual do partido e dos cargos eletivos pelo partido (vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, senadores, governador e presidente) e como aspectos relacionais o padrão de relações estabelecido pelos atores políticos no interior do partido.

4. Aportes teórico-metodológicos e constatações empíricas: elementos para reflexão

A partir do estudo sobre a dinâmica organizacional do PSDB-SP (entre 1988 e 2006), por meio da análise de redes, foi possível construir explicações para o caso estudado e, conseqüentemente, elaborar referências teórico-metodológicas para o estudo dos partidos políticos na atualidade.

Comprovou-se empiricamente que considerar apenas a estrutura da instituição partidária ou os resultados eleitorais, como frequentemente ocorre nas análises sobre os partidos políticos brasileiros, é insuficiente para explicar a dinâmica interna dessas organizações. É necessário também estudar as implicações desses elementos político-institucionais na configuração da estrutura relacional interna da organização partidária para explicar os fatores determinantes da sua organicidade.

Embora os resultados das pesquisas sobre o desenvolvimento e a institucionalização dos partidos políticos brasileiros tenham reconhecido a função peculiar dessas organizações, tanto na disputa eleitoral (LIMA JÚNIOR, 1993; KINZO, 1993 e 1999 e MENEGUELLO, 1989), como na articulação de interesses durante o processo de tomada de decisões na arena governamental (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999; MENEGUELLO, 1998), não houve um avanço expressivo no diagnóstico do significado da organização partidária nas ações dos atores políticos. Existem, ainda, estudos (MELO, 1999 e 2000) que indicam a carreira política como o elemento preponderante na atuação desses atores, desconsiderando ou atribuindo menor importância ao papel da organização partidária.

A utilização metodológica das redes sociais possibilitou a obtenção e o tratamento de dados empíricos referentes ao conjunto das relações que compõem e sustentam o poder posicional e institucional da organização partidária analisada. Com isso viabilizou o estudo e uma compreensão significativa da complexidade existente na relação entre a atuação dos atores e a dinâmica organizacional do partido político.

Comprovou-se que estudar a posição política do ator, por meio de seus vínculos relacionais e acesso aos recursos institucionais, possibilita compreender a dimensão individual e a dimensão organizacional

que compõem o partido. As relações que coexistiram no interior do partido foram analisadas tendo como referência teórica o conceito de capital político (BOURDIEU, 1986). Identificou-se que as relações que estruturaram internamente o partido foram impulsionadas pelos recursos políticos organizacionais (informações, lançamento de candidaturas, contatos, cargos etc.). São essas relações que permitem aos atores terem maior ou menor acesso aos recursos políticos organizacionais; portanto, é o que atribui o poder posicional no interior do partido. Assim, é a busca pelo capital político que, simultaneamente, dinamiza e garante a estabilidade da organização partidária.

O resultado da análise dos dados referentes ao PSDB-SP, período entre 1988 e 2006, revelou os fatores correspondentes à configuração da rede de relações dos atores e aos mecanismos institucionais do partido que influenciaram a sua dinâmica organizacional: a composição e a manutenção de um padrão de relações permitiram a configuração de uma dinâmica de funcionamento para a organização partidária pautada pelo desempenho eleitoral³⁴. Entre os elementos que compuseram esse padrão relacional tiveram destaque: o estabelecimento (oculto) de requisitos para a incorporação dos atores na rede interna do partido (base eleitoral e poder de articulação); a permanência dos membros na rede, na maioria dos casos nas mesmas posições da estrutura relacional; e o perfil dos membros que compuseram o órgão diretivo do partido – a Comissão Executiva do Diretório Estadual. Verificou-se que o funcionamento organizacional do partido foi dinamizado pela reciprocidade: a intercambialidade entre poder posicional³⁵ e poder institucional (pela ocupação de cargos eletivos e/ou indicação de cargos no governo ou no órgão deliberativo do partido).

A pesquisa demonstrou que a dinâmica funcional nesse modelo de partido (pautado pela centralização decisória e autonomia operacional dos atores nas várias localidades e instâncias de poder) foi garantida pela efetivação das ações decorrentes das relações de poder estabelecida pelos atores que compõem a sua rede interna.

34 Maximização das possibilidades de êxitos nos resultados eleitorais reforçado pelo princípio da “garantia de legenda” àqueles que possuem mandatos eletivos.

35 Terminologia utilizada por Marques (2000).

O mapeamento do desempenho eleitoral dos candidatos do partido foi uma referência importante para identificar, nas diversas eleições, a associação entre o lançamento das candidaturas, o desempenho eleitoral dos candidatos e a estrutura relacional interna do partido³⁶. Constatou-se uma simbiose entre as articulações locais, ocorridas nos municípios, e as articulações em âmbito estadual pelos atores centrais. Os atores políticos, denominados articuladores e intermediários na estrutura relacional, tiveram um papel fundamental para efetivar estruturalmente o partido e garantir a base eleitoral no estado de São Paulo³⁷.

Esta análise comparativa (entre estrutura relacional interna do partido e o mapeamento geográfico dos dados eleitorais) permitiu comprovar a influência dos aspectos relacionais e institucionais na dinâmica interna do partido³⁸.

A definição de um padrão, e também a permanência de determinados atores, foi constatada tanto na ocupação das posições na estrutura relacional como nos cargos eletivos e de direção do partido. Os cargos de direção da Comissão Executiva do PSDB-SP, nas diversas gestões, foram ocupados por atores com forte vínculo com os atores centrais³⁹ da estrutura relacional. Compor a Comissão Executiva do partido implica ter maior acesso aos mecanismos de poder, pois a ocupação de cargos institucionais significa capacidade de deliberar a respeito da ação partidária; portanto, é fundamental na dinâmica organizacional.

36 Comprovou-se que a posição dos atores na estrutura relacional interna do partido resultou do conjunto de vínculos estabelecidos, do seu poder de articulação e da densidade da sua base eleitoral.

37 Conforme Valenzuela (1977), as relações no interior dos partidos políticos são estabelecidas em função dos favores, da lealdade e da obtenção de recursos, portanto, são potencializadas pelo acesso do partido ao poder estatal.

38 Os resultados eleitorais dos candidatos do PSDB no estado de São Paulo nas eleições ocorridas entre 1988 e 2006 foram analisados os por meio do mapeamento geográfico, associado aos resultados na análise de redes.

39 Segundo Panebianco (1988), as características do processo que leva à fundação do partido influenciam a sua estrutura e o seu funcionamento. Como foi citado anteriormente, o PSDB-SP nasceu da cisão de uma das facções do PMDB, em decorrência, entre outros fatores, do desfecho do processo de decisão interno do partido no estado de São Paulo para as eleições: tratava-se de uma disputa entre os diversos líderes do partido por mais espaço político.

Os dados empíricos obtidos durante o estudo indicaram ainda que a hierarquia posicional foi fator determinante na definição da dinâmica interna do partido. Embora a pesquisa realizada tenha analisado apenas as relações em destaque no interior da organização no âmbito estadual, foi possível identificar que a sua dinâmica funcional decorreu da coexistência de relações verticais (entre atores centrais, articuladores, intermediários e a base eleitoral local) e relações horizontais (atuação simultânea e autônoma dos atores, nos diversos níveis, desde que cumprissem as normas legais e não desestabilizassem a estrutura posicional da rede).

A relação entre os atores possibilitou a operacionalização das ações partidárias por meio do exercício de mandatos eletivos: ocupação de cargos no partido e no governo. Os dados demonstraram que a estrutura relacional, constituída pelos vínculos entre os atores, influenciou tanto a composição do principal órgão deliberativo do partido (Comissão Executiva do Diretório Estadual), como as articulações entre as instâncias internas e a capilaridade das ações territorialmente. Verificou-se que a organização partidária se constituiu e funcionou por meio do estabelecimento e/ou fortalecimento de vínculos com (e entre) diversos atores políticos, das várias instâncias de poder (nacional, estadual e municipal), com trajetória política consolidada no cenário eleitoral.

Os resultados evidenciaram que a dinâmica funcional do PSDB-SP decorreu do padrão de relações estabelecido internamente, orientado pelos mecanismos institucionais e retro-alimentado pela reciprocidade do capital político. A ocupação dos espaços de poder e de cargos ou os recursos de autoridade formal, viabilizados pelo processo eleitoral, possibilitaram fortalecer a organização. Essa afirmação decorre da compreensão de que a dimensão relacional foi referência para explicar a articulação existente entre os aspectos institucionais, as deliberações organizacionais e os interesses dos atores políticos.

Entre os possíveis fatores explicativos para a dinâmica organizacional do PSDB-SP a pesquisa ressaltou a influência mútua do modelo institucional e da estrutura relacional: o desenho institucional dessa organização fortaleceu a estrutura de relações por meio da combinação de uma hierarquia de poder pautada no reconhecimento

mútuo dos respectivos capitais políticos dos atores, especialmente sua atuação no cenário eleitoral.

O estudo demonstrou que os partidos políticos, que são marcados tanto por intencionalidades de natureza organizacional como por interesses específicos dos atores, requerem em suas análises o reconhecimento dos recursos pessoais e institucionais que viabilizam as negociações, as articulações e as estratégias políticas; ou seja, que se desvele a dialética existente entre a institucionalidade, as relações e os interesses dos atores e as circunstâncias conjunturais.

Recebido em: 21.1.2010

Aprovado em: 14.8.2010

Referências

BARNES, J. A. Social networks. **Addison-Wesley Module in Anthropology**. n.26, pp.1-29, 1972.

BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Paris : Minuit, 1980.

_____. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. *In: O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1986.

_____. **Propos sur le champ politique**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000.

BRASS, D. Power in organization: a social network perspective. *In: MOORE, G. e WHITT, A. (Orgs.) Research in politics and society: the political consequences of social networks*. Vol. 4, JAI Press, 1992.

DEGENNE, A. & FORSÉ, M. **Introducing Social Networks**, London: Sage Publications, 1999.

EMIRBAYER, M. & GOODWIN, J. Network analysis, culture and the problem of agency. **American Journal of Sociology**. v.99, n.6, 1994.

EMIRBAYER, M. Manifesto for a relational sociology. *In: American Journal of Sociology*, Vol. 103, n.2, 1997.

FERRAND, A. La structure des systèmes de relations. *In: L'Année sociologique*. Vol. 99, n.1, 1997.

FORSÉ, M & LANGLOIS, S. Réseaux, structures et rationalité. *In: L'Année sociologique*, vol. 47, n.1, 1997.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GIBSON, D. & MISCHE, A. **Internet network encounters and the emergence of leadership**. New York: Columbia University: Center for the Social Sciences: cópia xerográfica, 1995.

GILL-MENDIETA, J. et al. A dynamic analysis of the Mexican power network. *In: Connections*, v. 20, n. 2, 1997.

GOULD, R. Multiple networks and mobilization in the Paris Commune. **American Sociological Review**. vol. 56, 1991.

HANNEMAN, R. On the Uses of Computer-Assisted Simulation Modeling in the Social Sciences. **Sociological Research Online**, vol. 2, no. 2, 1997.

_____. **Introduction to Social Network Methods**, Textbook. Disponível on-line no site pessoal do Prof. Hanneman, Universidade da Califórnia, Riverside, 2000.

_____. **Introduction to Social Network Methods**. Riverside: University of California, 2001.

HIGGINS, S.S. **Os Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Chapecó: Argos, 2005.

KINZO, M. D. G. (Org.) **Brazil: the challenges of the 1990's**. London: British Academic Press, 1993.

_____. **Partidos, eleições e representação política no Brasil – considerações finais**. Coletânea de trabalhos submetidos ao concurso de livre docência. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

KNOKE, D. **Political networks: the structural perspective**. Nova York: Cambridge University Press, 1990.

KRACKHARDT, D & BRASS, D. Intraorganizational networks: the micro side. In WASSERMAN, S. & GALASKIEWICZ (Orgs.) **Advances in social network analysis**. New York: Cambridge University Press, 1992.

LAUMMAN, E. e KNOKE, D. **The organizational state: social choice in the national policy domains**. Madison: University of Wisconsin Press, 1987.

LAUMMAN, E., TAM, T., HEING, J., NELSON, R. e SOLISBURG, R. The social organization of the Washington establishment during

the first Reagan administration. *In*: MOORE, G. & WHITT, A. (orgs.), **Research in politics and society: the political consequences of social networks**. vol. 4, 1992.

LAZEGA, E. Analyse de reseaux et sociologie des organizations. **Revue Française de Sociologie**. n. 35, 1994.

LAZEGA, E. & LEBEAUX, M. Capital social et contrainte latérale. **Revue Française de Sociologie**. v. 36, 1995.

LIMA JÚNIOR, O. B. **Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

MARQUES, E. C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.14, n.41, 1999.

MARQUES, E. C. **Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

MARQUES, E. C. & BICHR, R. M. Estado e empreiteiras II: permeabilidade e políticas urbanas em São Paulo (1978-98). **Dados - Revista de Ciências Sociais**, vol.46, n.1, 2003.

MCADAM, D. Recruitment to high-risk activism: the case of freedom summer. *In* **American Journal of Sociology**, vol. 92, n. 1, 1986.

MELO, C. R. F. **Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-1998)**. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999, mimeo.

_____. Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados. **Dados - Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol.43, n.2, 2000.

MENEGUELLO, R. **PT – a formação de um partido, 1979-1982**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Partidos e governo no Brasil contemporâneo (1985-1995)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista Sociologia Política**, n. 20, 2003.

MISCHE, A. & PATTISON, P. **Composing a civic arena: publics, projects and social setting**. New York: Columbia University, cópia xerográfica, 1999.

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. In: **XX Congresso Internacional da LASA**. Guadalajara, México, 1997.

MOHR, J. Soldiers mothers, tramps and others: discourse roles in the 1890. In: **Poetics**. New York City Charity Directory, n. 22, 1994.

PUTNAM, R. Bowling Alone: America's Declining social capital. In **Journal of Democracy**, vol. 6, n. 1, 1995.

ROSENTHAL, N. *et al.* Social movements and network analysis: a case study of nineteenth-century women's reform in New York State. In: **American Journal of Sociology**, vol. 90, n.5, 1985.

SCOTT, J. **Social network analysis: a handbook**. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1991.

TAIRA, K. & WADA, T. Business-government relations in modern Japan: a *Todai-Yakkai-Zaikai* complex? In: MIZRUCHI, M. & SCHWARTZ, M (Orgs.). **Intercorporate relations: the structural analysis of business**. New York: Cambridge University Press, 1987.

TILLY, C. (Org.). **Big structures, large processes and huge comparisons**. Nova York: Russel Sage Foundation, 1992.

VALENZUELA, Arturo. **Political Brokers in Chile: local government in a centralized polity**. Durham: Duke University Press, 1977.

WASSERMAN, S. & FAUST, K. **Social network analysis: methods and applications**. (Structural analysis in the social sciences. Vol.8), Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WHITE, H. **Identity and control: a structural theory of social action**. Princeton: Princeton University Press, 1992.

WHITE, H. Network switchings and bayesian forks: reconstructing the social and behavioral sciences. In: **Social research: an international quarterly of the social sciences**, vol. 62, n. 4, 1995.

Anexo

Sociogramas: representação da rede interna do PSDB-SP – 1988 a 2006

A composição da estrutura relacional do PSDB-SP, em cada um dos “tempos” que constituíram a trajetória do partido, foi representada pelos sociogramas^{I a IV}⁴⁰. As figuras não representam a totalidade dos vínculos existentes no interior da organização, mas a malha mais densa de relações. Isso explica o fato de haver em algumas figuras atores isolados (à esquerda dos sociogramas). Esses atores perderam o vínculo mais forte que possuíam⁴¹.

A montagem e a análise dos sociogramas tiveram como base empírica os dados levantados por meio das entrevistas⁴² e análise dos documentos do diretório estadual do partido (atas, cadastros, fichas de filiação e estatuto).

As figuras abaixo demonstram o mapeamento dos vínculos, a posição e os atributos dos atores políticos que compuseram a rede a rede interna do PSDB-SP no T₀, T₁, T₂, T₃ e T₄.

40 Os *sociogramas* são representações gráficas nos quais cada ponto representa um ator e os traços representam as relações entre esses atores. O tamanho e os sentidos (direita ou esquerda) dos traços não possuem função explicativa, são arbitrários.

41 Esses atores foram mantidos na rede por esta pesquisa analisar a associação entre os dados da estrutura relacional interna do partido, da composição do órgão deliberativo e dos resultados eleitorais.

42 Foram realizadas vinte (20) entrevistas. Nas entrevistas foi citado um total de cento e nove (109) atores.

Atributos dos Membros da Rede Interna do PSDB (SP)

- Militante
- Vereador
- Prefeito
- Deputado Estadual
- Deputado Federal
- Governador
- Senador
- Presidente
- Secretário Governo Municipal
- Secretário Governo Federal
- Ministro Governo Federal
- Militante com Cargo Governo Federal
- Assessor Governo / Parlamentar
- Ex-Prefeito
- Ex-Deputado Federal
- Ex-Governador

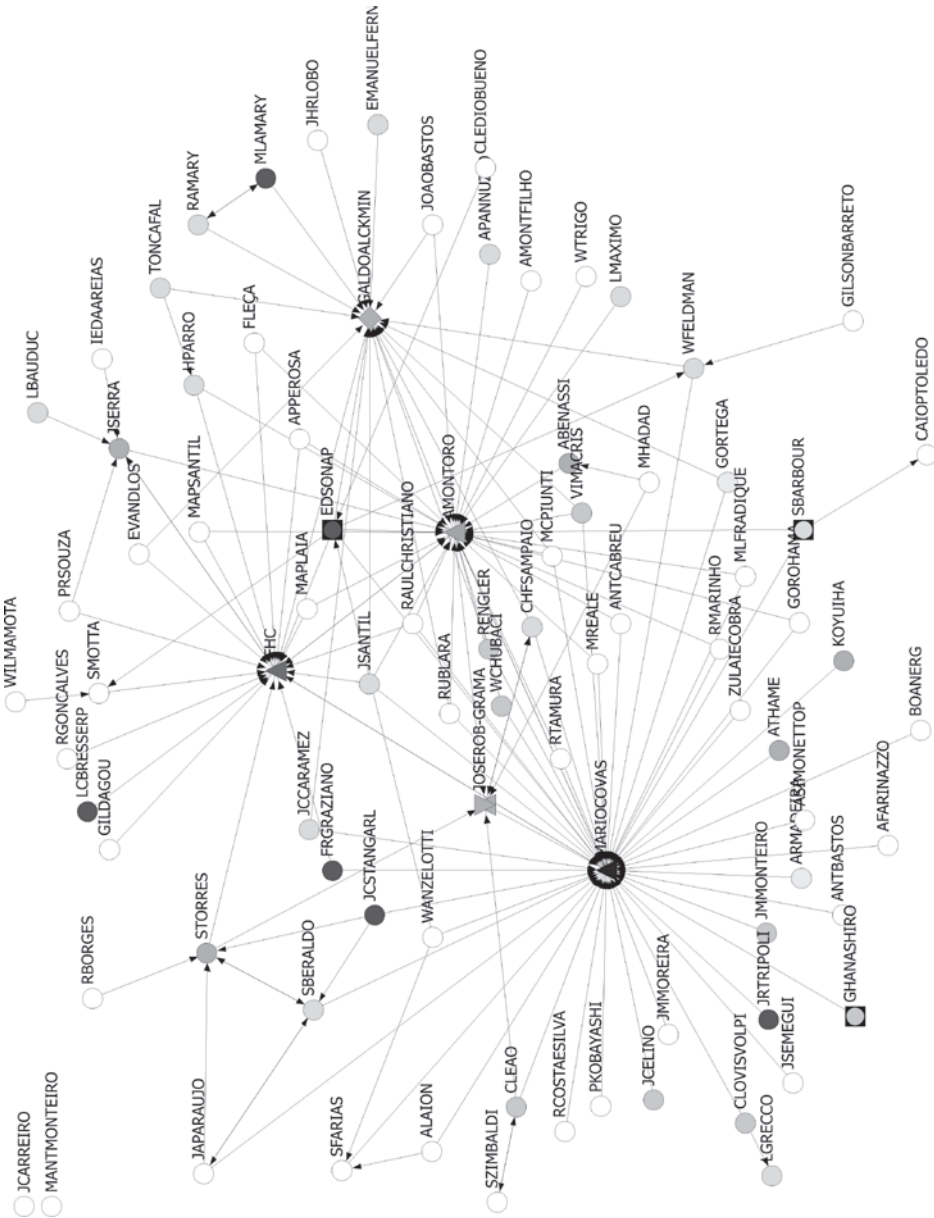
Posições dos membros da Rede Interna do PSDB (SP)

- Atores Centrais
- Atores Articuladores
- Atores Intermediários

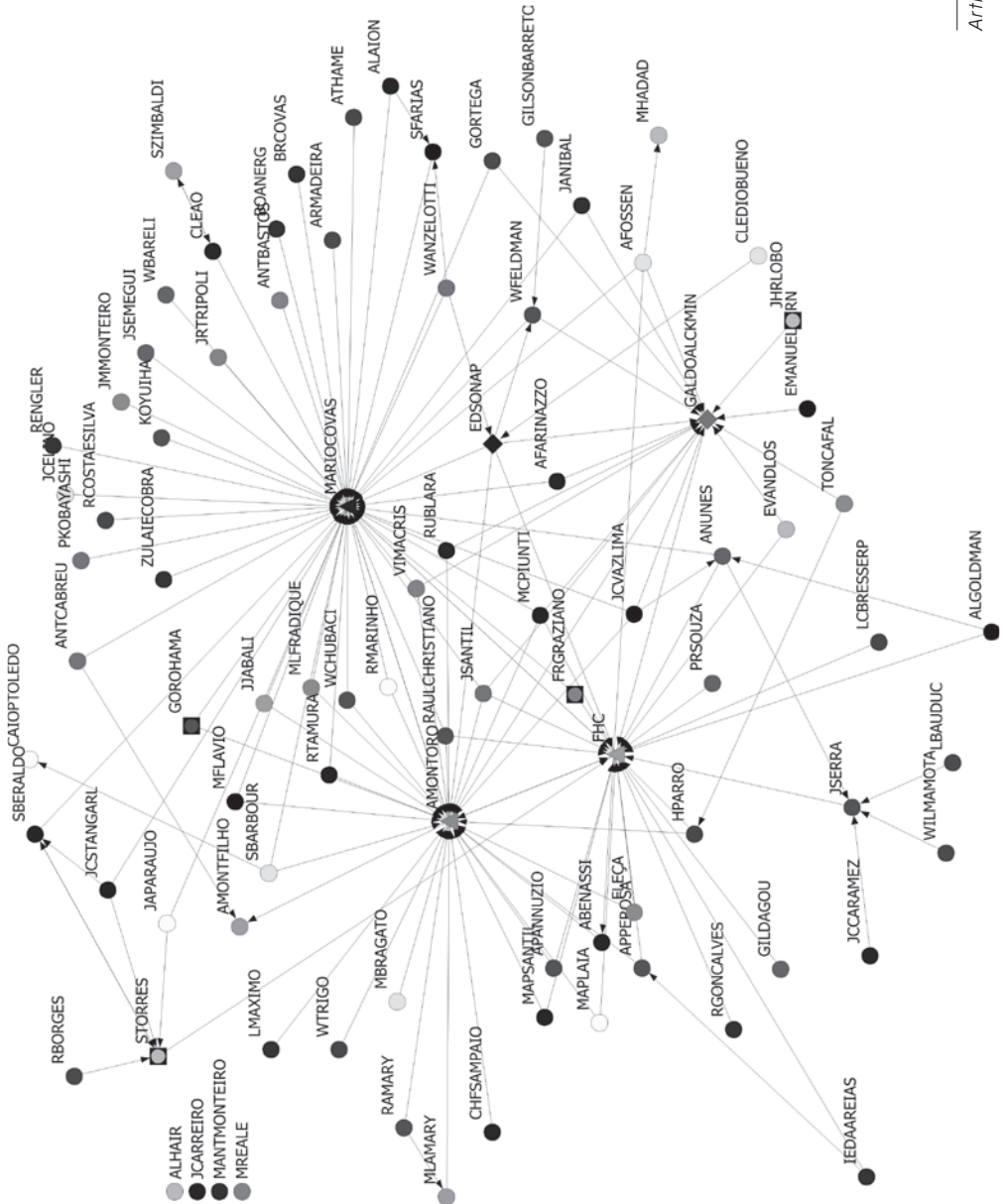
Ocupação dos cargos de Direção da Comissão Executiva do Diretório Estadual do PSDB (SP)

- Atores Centrais em Cargo de Direção
- Atores Articuladores em Cargo de Direção
- Atores Intermediários em Cargo de Direção

Sociograma I: Tempo 0 (T₀) (1988-1989)



Sociograma III: Tempo 2 (T₂) (1994-1998)



Sociograma IV: Tempo 3 (T₃) (1999-2003)

Sociogr^r

